

Bancos americanos acham que Sarney está endurecendo

Roberto Garcia
Correspondente

Washington — Os bancos estrangeiros credores do Brasil reagiram com "grave preocupação" ao congelamento de 15 bilhões de dólares em linhas de crédito de curto prazo determinado pelo governo Sarney para impedir uma abrupta contração do financiamento disponível ao país. O congelamento foi decidido pelo Banco Central no início da semana, quando começaram a surgir sinais de cancelamento dessas linhas de crédito por um número substancial de bancos médios e pequenos.

A medida brasileira foi considerada um endurecimento ainda maior da posição do governo Sarney em suas negociações com os bancos. Embora tivesse sido tomada para evitar represálias por parte dos credores à suspensão dos pagamentos de juros da dívida a longo prazo, sua legalidade é questionável e com base nesse fato muitos deles estão pensando em recorrer aos tribunais americanos.

As linhas de crédito foram inicialmente abertas com base em contratos assinados nos Estados Unidos. Cinco bilhões de dólares dessas linhas financiam agências de bancos brasileiros no exterior e outros dez bilhões, o comércio internacional do país.

Quando o diretor da área Externa do Banco Central comunicou o congelamento à comissão de bancos credores na terça-feira, as questões jurídicas foram suscitadas imediatamente e Antonio de Pádua Seixas concordou em consultar o presidente de sua instituição, Francisco Gros, pedindo esclarecimentos. Na manhã de ontem, Seixas recebeu confirmação da medida.

O telex mandado pelo Banco Central a todas as filiais de bancos brasileiros no exterior determina que caso um banco estrangeiro peça pagamento de uma linha de crédito, ao se expirar seu prazo, o banco brasileiro deve fazer o pagamento ao Banco Central. O Banco Central, por sua vez, depositaria então o dinheiro

respectivo numa conta em seu nome no exterior, para crédito do banco estrangeiro. O banco estrangeiro poderá, então, decidir a que banco ou cliente brasileiro esse dinheiro deve ser emprestado novamente. A instrução deixou claro que, nos casos de bancos estrangeiros renovarem automaticamente a linha de crédito, os juros respectivos seriam pagos em dólares mas o principal ficaria retido, tendo em vista a renovação da linha.

Os bancos estrangeiros argumentam que os respectivos contratos determinam pagamento pelo devedor ao vencer a linha de crédito — geralmente após 90 dias. O Banco Central, por sua vez, replica que desde o primeiro acordo de renegociação da dívida, assinado em 1983, os bancos comprometeram-se a renovar essas linhas, chamadas na época de projetos 3 e 4 do pacote de refinanciamento do Brasil. Mas os bancos estrangeiros contra-argumentam que ao suspender o pagamento dos juros da dívida de longo prazo, na sexta-feira passada, o Brasil violou o acordo de renegociação da de 1983 e que, portanto os bancos estrangeiros não estão legalmente obrigados a manter as linhas de crédito de curto prazo.

Depois de discutir o assunto com Seixas na quarta-feira, a comissão de 14 bancos que negocia o reescalonamento da dívida brasileira mandou um telex a mais de 600 bancos credores manifestando "grave preocupação" diante da medida do governo Sarney. O telex foi temperado com três notícias mais positivas. A primeira delas seria apoio aos investimentos estrangeiros do Brasil, que será deixado claro pelo governo. O governo brasileiro também está disposto a iniciar um agressivo programa de conversão da dívida em participação acionária em empresas brasileiras. Finalmente, o telex comunica aos credores que uma solução para o caso dos créditos dados mediante a instrução 63 para os bancos Comind e Maisonave foi colocada na agenda da reunião de março do Conselho Monetário Nacional.